



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9415

**Presidente da Mesa Diretora:** José Marcos Martins de Freitas

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Modifica e Revoga Leis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 22/01/2019

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 06/2019. Altera a Lei nº 4.226, de 12/05/2010, que disciplina a concessão de gratuidade no serviço de Transporte Coletivo Urbano de Montes Claros e dá outras providências. (Referente à Lei nº 5.146, de 22/05/2019).

**Controle Interno – Caixa:** 16.8

**Posição:** 01

**Número de folhas:** 17

---

Especie: PL  
Categoria: modificação  
CX: 16.8  
Ordem: 01  
nº fls: 12

Nº 32/2019



07.05.2019

## Câmara Municipal de Montes Claros

Lei 5.146 22/05/19

PROJETO DE Lei Nº 06/2019

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Altera a Lei Municipal nº 4.226, de 12 de maio de 2010.

### MOVIMENTO

Entrada em 22/01/2019  
Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 -
- 2 - APROVADO EM REGIME DE URGENCIA
- 3 - EM 07.05.2019
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

PROJETO DE LEI Nº 06, DE 18 DE JANEIRO DE 2019.

**ALTERA A LEI N.º 4.226, DE 12 DE MAIO DE 2010**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – O art. 1º, da Lei n.º 4.226, de 12 de maio de 2010, passa a vigorar acrescido dos parágrafos §1º e §2º, com a seguinte redação:

*“Art. 1º – ...*

*§1º. A utilização do cartão de gratuidade pelos usuários beneficiários desta Lei fica limitada a 08 (oito) viagens diárias.*

*§2º. Os usuários que necessitarem, por motivo justificado, utilizar o cartão de gratuidade por mais de 08 (oito) viagens diárias deverão apresentar requerimento fundamentado, acompanhado de comprovação documental à Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transportes de Montes Claros – MCTrans, que analisará o pedido.”*

**Art. 2º** – O caput do art. 3º, da Lei nº 4.226, de 12 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 3º – Para os efeitos desta Lei, consideram-se Pessoas Portadoras de Deficiência aquelas que se enquadram nas categorias definidas pelo artigo 4º do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1.999, alterado pelo artigo 70 do Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004 do Governo Federal, bem como aquelas pessoas com transtorno do espectro autista, nos termos definidos nos §1º e §2º, do art. 1º, da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012.*

**Art. 3º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 4º** – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros (MG), em 18 de janeiro de 2019.

  
**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**

80

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
6 NÚMERO  
EM 22 DE ABRIL DE 2019  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM COMISSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 07 DE MAIO DE 2019  
PRESIDENTE





**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Montes Claros (MG), 18 de janeiro de 2019

Exmo. Sr.

Vereador José Marcos Martins de Freitas (Marcos Nem)

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2019

Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que: **"ALTERA A LEI N.º 4.226, DE 12 DE MAIO DE 2010"**.

O presente projeto de lei tem o objetivo de alterar disposições da Lei n.º 4.226, de 12 de maio de 2010, objetivando adequar o sistema de gratuidade no transporte coletivo para os beneficiários deste serviço, de forma a evitar abusos e possibilitar um maior controle por parte da Administração Pública, bem como estender este mesmo benefício às pessoas com transtorno do espectro autista, de forma a considerá-las como portadora de deficiência, nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG – CEP 39.401-2*

LEI Nº 4.226, DE 12 DE MAIO DE 2010

***DISCIPLINA A CONCESSÃO DE GRATUIDADE  
NO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO  
URBANO DE MONTES CLAROS, REVOGA AS  
LEIS Nº 4.132, DE 03 DE SETEMBRO DE 2009 E A  
LEI 2.693 DE 22 DE MARÇO DE 1.999, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A gratuidade no Serviço de Transporte Coletivo Urbano, para os idosos, pessoas em tratamento de hemodiálise, é o mesmo benefício já instituído por Lei Municipal para os deficientes físicos e excepcionais, neste município, fica disciplinado nos termos da presente Lei.

Art. 2º - São considerados idosos, para os efeitos desta Lei, as pessoas que, a partir de sua vigência, tenham idade igual ou superior a 65 anos, o que será comprovado através de documento hábil.

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se Pessoas Portadoras de Deficiência aquelas que se enquadram nas categorias definidas pelo artigo 4º do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1.999, alterado pelo artigo 70 do Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004 do Governo Federal.

§1º - Excetuam-se deste benefício, os deficientes constantes no inciso I do art. 4º do Decreto citado no *caput* do presente artigo, que não possuam grave dificuldade de locomoção.

§2º - A constatação da deficiência dar-se-á mediante laudo a ser expedido por profissional responsável pela área correspondente à deficiência, em formulário específico e apropriado a esta finalidade, anexando-se quando necessário os respectivos exames complementares, e posteriormente, aprovado por perito designado pela MCTrans;





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cul-a Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

LEI Nº. 4.694, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

**ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI Nº 4.226, DE 12 DE MAIO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** – O art. 2º, da lei 4.226, de 12 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

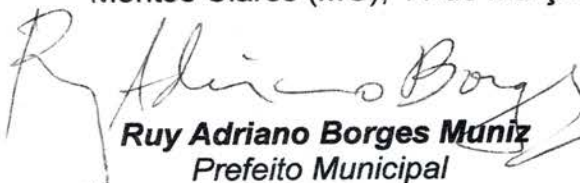
*“Art. 2º - São considerados idosos, para os efeitos desta Lei, as pessoas que, a partir de sua vigência, tenham idade igual ou superior a 60 anos, o que será comprovado através de qualquer documento de identidade oficial com foto.”*

**Art. 2º** – As alterações implementadas pela presente lei terão eficácia após a regulamentação do Executivo Municipal, que deverá ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

**Art. 3º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 4º** – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros (MG), 11 de março de 2014.

  
**Ruy Adriano Borges Muniz**  
Prefeito Municipal







# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

**LEI Nº 4.876, DE 01 DE MARÇO DE 2016.**

**ACRESCENTA PARÁGRAFOS AO ARTIGO 2º DA  
LEI Nº 4.226, DE 12 DE MAIO DE 2010, COM  
REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 4.694, DE 11 DE  
MARÇO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** – O art. 2º, da lei 4.226, de 12 de maio de 2010, com redação dada pela Lei nº 4.694, de 11 de março de 2014, passa a vigorar acrescido de parágrafos, com a seguinte redação:

*“Art. 2º - (...)*

*§ 1º. Os usuários que tenham idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos farão uso do benefício da gratuidade, bastando a comprovação através de documento hábil.*

*§ 2º. Os usuários entre 60 (sessenta) anos a 65 (sessenta e cinco) anos incompletos, que pretendem utilizar da gratuidade no Transporte Coletivo Urbano, deverão comparecer à sede da Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transportes – Mctrans, para realizar cadastro no setor de gratuidade deste órgão e emitir o Cartão Sincara Gratuidade, devendo, além da idade, comprovarem ser residentes no Município de Montes Claros e possuírem renda mensal de até 02 (dois) salários mínimos por núcleo familiar.*

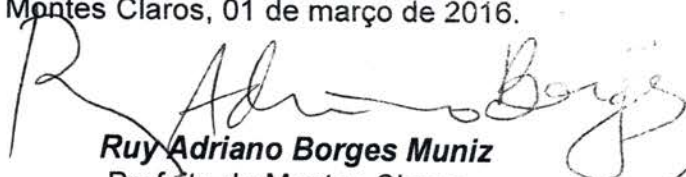
*§ 3º. Os usuários que enquadrarem na situação prevista no parágrafo anterior e estiverem usufruindo da gratuidade no momento da publicação desta lei, deverão realizar o recadastramento junto ao setor competente, comprovando os mesmos critérios e requisitos estabelecidos no aludido parágrafo.*

*§ 4º. O Poder Executivo regulamentará, no que couber, o disposto no §2º do presente artigo.”*

**Art. 2º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º** – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros, 01 de março de 2016.

  
**Ruy Adriano Borges Muniz**  
Prefeito de Montes Claros





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 06/2019 QUE “Altera a Lei Municipal nº 4.226, de 12 de maio de 2010” de autoria do Prefeito Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


O projeto em comento visa a alteração da Lei 4.226/10 acerca das regras acerca da utilização do cartão instituído na Lei 4.226/10, ressaltando que a limitação ora imposta diz respeito apenas e tão somente aos idosos de idade entre 60 e 65 anos, sendo que aos idosos com idade superior basta apenas a apresentação do documento de identidade.

Não se vislumbra nenhum vício de iniciativa ou de legalidade no referido projeto, tendo em vista que a doação já foi efetivada, entretanto faltou a desafetação da área, como ora se pretende.

Assim sendo somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende a técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 11 de março de 2019.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 06/2019**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Altera a Lei nº 4.226, de 12 de maio de 2010.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 22/01/2019, com entrada na Sala das Comissões no dia 11/03/2019.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo alterar a Lei nº 4.226, de 12 de maio de 2010 que trata de concessão de gratuidade do transporte público.

De acordo com a nova proposta o beneficiário do transporte público na condição de idoso de que trata a lei, pessoas com tratamento de hemodiálise, deficientes físicos e excepcionais poderão utilizar o cartão de transporte público em somente 8 (oito) viagens diárias, sendo que para utilizar em viagens além das oito diárias, deverão apresentar requerimento fundamentado à MCTrans, a qual analisará a solicitação.

Verifica-se que a proposta legislativa amplia o benefício do transporte público às pessoas com transtorno de espectro autista.

Desta forma observa-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e constitucionais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, \_\_\_\_\_ de abril de 2019.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Relator: Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira:

Vice-Presidente: Ver. Maria Helena de Quadros Lopes:



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS-MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 06/2019 de**  
**autoria do Executivo Municipal que “Altera a Lei nº 4.226, de**  
**12 de maio de 2010”**

**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprime o art. 1º do Projeto de Lei nº 06/2019 e renumera os demais.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2019

Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Vice- Presidente: Ver. Maria Helena de Quadros Lopes \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira: \_\_\_\_\_





Montes Elias, 07 de Maio de 2019  
Legal e Constitucional.

para ler.

Se  
for.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

13 comin  
30/04/19  
Aprovado  
07/05/19  
Y. B. B. B.

**EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 06/2019 de autoria do Executivo Municipal que “Altera a Lei nº4. 226, de 12 de maio de 2010”**

## EMENDA MODIFICATIVA

O art. 2º do Projeto de Lei nº 06/2019, que altera o art. 3º da Lei nº 4.226, de 12 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art.2º-** O caput do art.3º, da Lei nº 4.226, de 12 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art.3º-** Para os efeitos desta Lei, consideram-se **Pessoas com Deficiência** aquelas que se enquadram nas categorias definidas pelo artigo 4º do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1.999, alterado pelo artigo 70 do Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004 do Governo Federal, bem como aquelas pessoas com transtorno do espectro autista, nos termos definidos nos §1º e §2º, do art.1º, da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Montes Claros, 26 de abril de 2019

  
**Vereador Valcir Soares Silva**  
**PTB**

Montes Echos, 07 de Mayo 2019

Energía Local  
6 Constitucional



Amor Li





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*As Comiss.  
07/05/19* *Assinado  
07/05/19*  
*2019*

**EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 06/2019 de autoria do Executivo Municipal que "Altera a Lei nº 4.226, de 12 de maio de 2010"**

## EMENDA MODIFICATIVA

Altera a redação do artigo 3º do Projeto de Lei nº 06/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação e renumera os demais:

**Art.3º-** O prazo para interpor recurso à concessão ou não do benefício concedido por esta lei e pela Lei 4.226, de 12 de maio de 2010 é de até 10(dez) dias úteis, contados da intimação da decisão de concessão ou indeferimento do benefício e, quando interposto contra o indeferimento, terá efeito suspensivo, sendo garantida a gratuidade de que trata a presente Lei, até que haja a sua decisão final.

Montes Claros, 6 de Maio de 2019

Valdir Soares Silva  
Vereador Câmara Municipal de Montes Claros



Montes Claro, 07 de Maio 2019

Emergent Legal  
& Constitucional



Samir



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 06/2019 que  
"Altera a Lei nº 4.226, de 12 de maio de 2010.", de autoria da Comissão de  
Legislação, Justiça e Redação.**


Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A emenda em comento tem por escopo suprimir o art. 1º do projeto em questão, sendo que não se vislumbra nenhum vício de iniciativa ou irregularidade.

Face ao exposto a emenda é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 02 de maio de 2019.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 06/2019 que  
"Altera a Lei nº 4.226, de 12 de maio de 2010.", de autoria do Vereador Valcir  
Soares Silva.**

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A emenda em comento tem por escopo alterar a redação do art. 3º para alterar a definição das pessoas com deficiência e com espectro autista, sendo que não se vislumbra nenhum vício de iniciativa ou irregularidade.

Face ao exposto a emenda é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 02 de maio de 2019.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605